



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



VARIÁVEIS PARA COMPOR UM MODELO DE ANALISE SOBRE A COMPETITIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL

**EDWIN PINTO DE LA SOTA SILVA; ANDRE LUIZ MARQUES
SERRANO; MARCIO FRANCISCO DA SILVA; ADELAIDA
PALLAVICINI FONSECA;**

**UNIVERSIDADE DE BRASILIA - PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM AGRONEGOCIOS**

BRASILIA - DF - BRASIL

delasota@unb.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agropecuária, Meio-Ambiente, e Desenvolvimento Sustentável

VARIÁVEIS PARA COMPOR UM MODELO DE ANALISE SOBRE A COMPETITIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL

Edwin Pinto de la Sota Silva, D.Sc.

Universidade de Brasília, Departamento de Agronomia/FAV

Programa de Pós-graduação em Agronegócios, delasota@unb.br

Andre Luiz Marques Serrano, Mestrando

Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Eng. Florestal

andrelms@unb.br

Marcio Francisco da Silva, Mestrando

Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Economia

marciofr@unb.br

Adelaida Pallavicini Fonseca, D.Sc.

Universidade de Brasília, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental/FT

Programa de Pós-graduação em Transportes, ixcanil@unb.br

Resumo

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

O presente artigo procura expor, de forma ampla os fatores que – na visão dos autores – são de importância *cine qua non* para a elaboração de indicadores que possam servir como guia para a elaboração de políticas públicas que ambicionem superar alguns dos gargalos presentes na economia brasileira. Estes obstáculos, na medida em que o PIB cresce, se tornam cada vez mais significantes para a forma com que o produto nacional compete no mercado mundial e/ou assegura seu lugar no mercado interno.

Palavras chaves: Competitividade; pesquisa e desenvolvimento; ensino e transporte

Abstract

This article tries expose, in the broad factors that - in view of the authors - are of importance *cine qua non* for the development of indicators which may serve as a guide for the formulation of public policies that wish overcome some of the bottlenecks in the Brazilian economy . These obstacles, in that GDP grows, they become increasingly significant for the way national product compete in the world market and / or ensures his place in the internal market.

Key words: competitiveness, research and development, education and transportation

INTRODUÇÃO

No presente artigo discutimos a análise da dimensão das variáveis que compõe a estrutura da proposta para medir o Desenvolvimento Regional, através da Dimensão **Competitividade**, que tem por objetivo discutir alguns dos determinantes da competitividade dos bens e serviços produzidos na economia brasileira. Neste trabalho optou por dar enfoque aos fatores de ordem estrutural, a despeito daqueles de caráter conjuntural – como, por exemplo, taxa de câmbio, PIB mundial, entre outros. Essa escolha reflete o consenso, entre os autores, de que o debate a respeito do direcionamento que deve ser dado às políticas públicas de longo-prazo no Brasil está longe do seu fim.

Propõe-se para efeito desta construção, a proposta de um indicador, com elementos que possam retratar a melhoria da produção, da qualidade e da produtividade em alguns setores da economia. Os autores deste trabalho têm plena consciência de que um indicador – ou sistema de indicadores – não comporta a gama de informações que um estudo mais detalhado da realidade poderia nos mostrar. Porém, o ganho de uso do ferramental estatístico, ocasionado pelo condensamento de informações relevantes em índices com propriedades desejáveis é de grande valia para o direcionamento e avaliação de resultados – inclusive na esfera pública. Em síntese, o trabalho tem como objetivo dar início à discussão sobre um modelo de indicador que ira retratar o nível de desenvolvimento regional no território brasileiro.

FATORES DA DIMENSÃO COMPETITIVIDADE

1. EDUCAÇÃO

Com o fim do modo de produção fordista ficou cada vez mais patente a necessidade de qualificação da mão-de-obra empregada no processo produtivo. As tarefas repetitivas e

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

com baixa necessidade de conhecimento específico foram eliminadas; e em seu lugar surgiram cargos que exigem acompanhamento constante do avanço tecnológico na respectiva área. O reconhecimento, pela academia, da relevância do investimento em conhecimento ficou explícito ao se considerar nas áreas de análise econômica de crescimento modelos que incorporam o chamado capital humano e, ao se tratar do mercado de trabalho, a importância da quantidade de anos de estudo como um indicador da produtividade da mão-de-obra. A educação brasileira apresentou mudanças nas duas últimas décadas. Houve uma diminuição das taxas de analfabetismo em função ao aumento do número de matrículas em todos os níveis de ensino e, conseqüentemente, o crescimento das taxas de escolaridade média da população. Vale ressaltar, que o quadro educacional do país, no entanto, ainda é insatisfatório, tanto do ponto de vista qualitativo, quanto quantitativo.

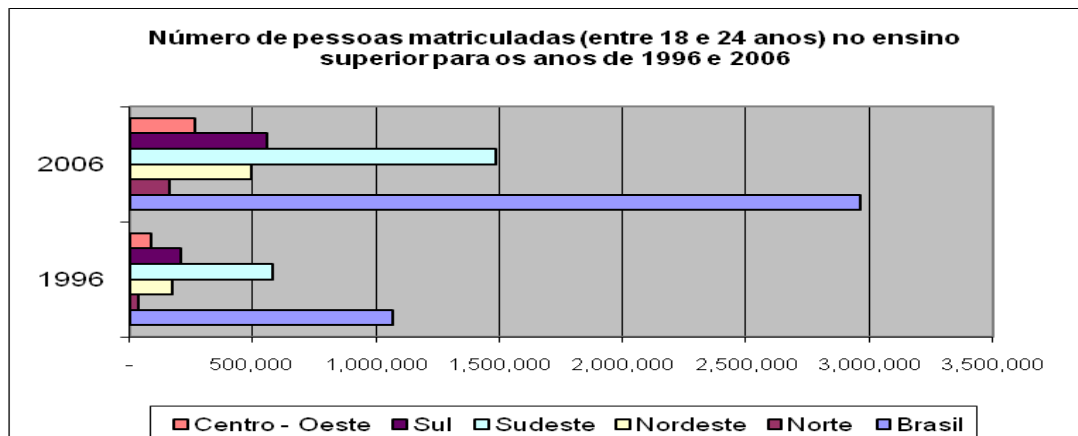
No que tange à escolaridade da população, observam-se dois fatos importantes. Primeiro, o crescimento da renda *per capita* verificado no período de 1950 à 2000 foi acompanhado da contínua expansão da taxa de escolaridade média, passando-se de dois anos de estudo, em 1960, para cerca de cinco anos em 2000. Em segundo lugar, houve uma queda das taxas de analfabetismo, de 39,5% para 20,1% de 1960 à 2000, paralelamente ao processo de universalização do atendimento escolar na faixa etária obrigatória (7 a 14 anos), tendência que se acentua a partir de meados dos anos 70, sobretudo como resultado do esforço do setor público na promoção das políticas educacionais.

Como herança do passado, recebemos profundas desigualdades de renda e contraste dos indicadores sociais entre as regiões do País e grande concentração da atividade econômica na Região Centro-Sul. Estas diferenças fizeram com que região Nordeste tivesse o nível de escolaridade médio de sua população abaixo da média nacional. Com o objetivo de minimizar estas disparidades, o Governo Federal vem desenvolvendo políticas públicas através da redução da taxa de analfabetismo e da promoção do aumento da escolaridade média da população. Embora o aumento do número de pessoas alfabetizadas e da taxa de escolaridade até o término do ensino médio sejam blocos de construção de uma nação cidadã, para efeitos de análise de competitividade da economia brasileira, nos focaremos nos níveis de ensino técnico e superior. O gráfico abaixo compara o número de pessoas matriculadas no ensino superior nos anos de 1996 e 2006 para aqueles na faixa entre 18 e 24 anos de idade.

Percebe-se, através da análise gráfica, que embora o número de matriculados no Brasil para aquela faixa etária tenha apresentado um crescimento espantoso (177%); esse foi ocasionado principalmente pelas regiões norte e centro-oeste – com aumentos respectivos de 3,77% e 2,14%. A região com menor desempenho foi a região sudeste, com aumento de 158%.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Gráfico 1.



Elaborado Pelos Próprios Autores

1.1 Análise Regional - Local

1. **Região Sudeste:** De acordo com o Censo Educacional publicado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2000, a Região Sudeste concentra 48,0% das instituições de ensino profissional do País. Destas, 905 são de nível básico, 1124 de nível técnico e 153 de nível tecnológico. Seu quadro de professores e instrutores é composto por 75,7% de profissionais de nível superior. Em 1998 estavam instaladas na região 570 instituições de ensino superior, respondendo por 58,6% do total existente no País. São 70 universidades, 62 faculdades integradas e centros universitários e 438 estabelecimentos isolados. Nesta última modalidade a região concentra 60,2% das instituições existentes no Brasil.

Embora essa região tenha apresentado o menor crescimento de alunos matriculados na faixa entre 18 e 24 anos para o período de 1996 à 2006, ela concentra 50% do total para o ano 2006. O número de docentes em exercício na região passou de 76.601, em 1994, para 86.759, em 1998 (13,3%), com forte elevação na participação de mestres e doutores em sala de aula.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

2. **Região Sul:** A Região Sul possui 21,1% das instituições de ensino profissional existentes no País. São 834 instituições distribuídas entre nível básico – 394, nível técnico – 495 e nível tecnológico – 52. Os recursos humanos utilizados no segmento são compostos 79,1% de profissionais com nível superior. No ensino superior, a região apresenta uma participação relativa de 13,5% do total existente no país e 19% do total de aluno matriculados com idade entre 18 e 24 anos. São 34 universidades, 8 faculdades integradas e centros universitários e 89 estabelecimentos isolados. O exercício de docência de ensino superior na região passou de 26.303 profissionais, em 1994, para 33.963, em 1998, 29,1% de acréscimo.
3. **Região Nordeste:** Existem na Região Nordeste 660 instituições de ensino profissional. Sua participação relativa no segmento é de 16,7%. Caso seja considerada a participação por Unidades da Federação, essa é uma das mais baixas registradas entre as regiões brasileiras. Das instituições instaladas na região, 419 são de nível básico, 329 de nível técnico e 25 de nível tecnológico. Seu quadro de professores e instrutores é composto por 64,2% de profissionais de nível superior. A região possui 124 instituições de ensino superior. Esse total representa uma participação de 12,7% do total existente no País. São 28 universidades, 4 faculdades integradas e centros universitários e 92 estabelecimentos isolados. O número de docentes em exercício na região passou de 22.959, em 1994, para 25.479, em 1998, um acréscimo de 11,0% e o número de pessoas matriculadas com idade entre 18 e 24 anos, para o ano de 2006 foi próximo àquele apresentado na região sul, ficando em 17%.
4. **Região Norte:** Estão em funcionamento na Região Norte 249 instituições de ensino profissional. Destas, 140 são de nível básico, 126 de nível técnico e apenas 9 de nível tecnológico. A região tem uma participação relativa de 6,3% no segmento. O quadro de professores e instrutores em atividade na região é composto por 66,4% de profissionais de nível superior. A Região Norte apresenta a menor participação relativa no ensino superior no País. São 40 instituições de ensino superior, 4,1% do total, distribuídas em 9 universidades, 3 faculdades integradas e centros universitários e 28 estabelecimentos isolados. Este desempenho se reflete na menor participação relativa do número de matrículas no ensino superior na faixa entre 18 e 24 anos de idade para o ano de 2006 – ficando com apenas 5% do total. Como destaques positivos para a região, registra-se uma evolução no número de docentes em exercício, passando de 4.300, em 1994, para 7.148, em 1998, uma evolução de 66,2%. Houve um forte crescimento no número de mestres (99,3%) e doutores (107,9%) além de uma maior interiorização do ensino superior, com um crescimento no número de matrículas no interior de 366,9% ao longo dos anos 90.
5. **Região Centro-Oeste:** O ensino profissional na região conta com 304 instituições em funcionamento, representando 7,7% do total nacional. Das instituições instaladas na região 176 são de nível básico, 142 de nível técnico e 19 de nível tecnológico. Seu quadro de professores e instrutores é composto por 7.801 profissionais, sendo que 75,8% destes possuem nível superior. Em 1998, a região possuía 108 instituições de ensino superior, respondendo por 11,1% do

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

total existente no País. São 12 universidades, 16 faculdades integradas e centros universitários e 80 estabelecimentos isolados. O número de docentes em exercício na região passou de 8.190, em 1994, para 11.773, em 1998, uma variação positiva de 43,7%. No período de 1990 a 1998 registrou-se um crescimento extraordinário na quantidade de mestres e doutores em exercício de docência de ensino superior na região, respectivamente 102,5% e 134,1%. Apesar disso o número de alunos que entraram no ensino superior no ano de 2006, entre 18 e 24 anos foi de apenas 9% do total no Brasil.

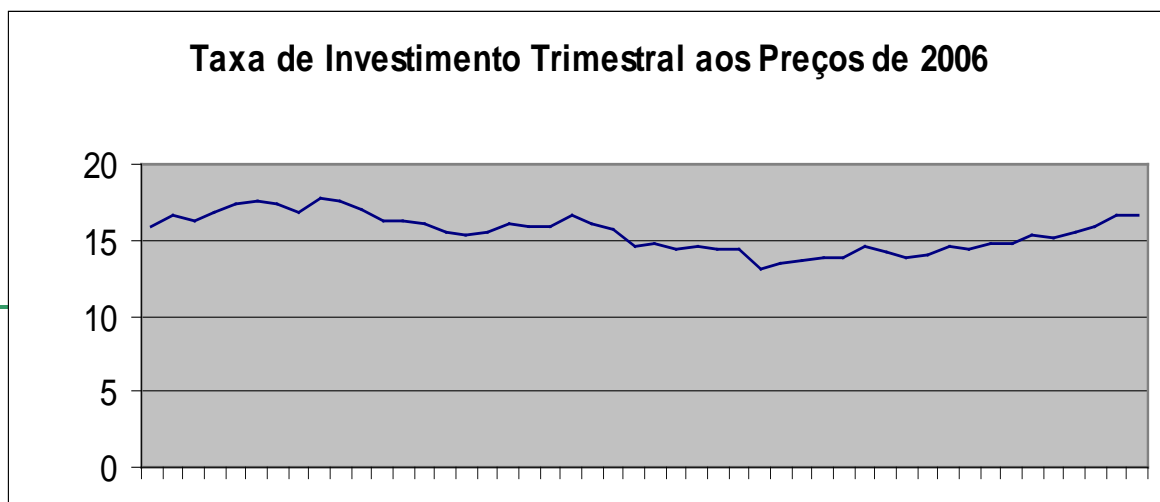
2. Investimento, Pesquisa e Desenvolvimento.

Schumpeter (1883 – 1950) foi quem primeiro nos apontou a relevância do progresso técnico e do investimento em P&D para a análise econômica. Embora análise schumpeteriana se propusesse a explicar os ciclos econômicos e não a tendência de crescimento do PIB no longo prazo, esse tema logo foi incorporado pelos acadêmicos por meio dos modelos de crescimento que utilizavam o progresso técnico como uma de suas variáveis explicativas.

Pelo fato do Brasil ter colhido os frutos da industrialização de forma tardia, as políticas de proteção tarifária à indústria infante (como a substituição de importações) foi primordial para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. No entanto, desde seu início, o desenvolvimento industrial do país é dependente de capital estrangeiro. Destarte, a mudança na forma de inserção do capital estrangeiro na segunda metade dos anos 90 – o capital que antes entrava no país para investir em setores produtivos agora se insere através de aquisições de empresas pré-existentes – e a nova divisão mundial do trabalho – onde as empresas multinacionais mantêm seu departamento de pesquisa e desenvolvimento na matriz, sediada em países desenvolvidos, e implantam unidades de montagem em países em desenvolvimento; onde a mão-de-obra de baixa qualificação e matéria-prima são abundantes – pode ser uma explicação para a relativa lentidão com que novas tecnologias são absorvidas pela economia nacional.

O gráfico abaixo demonstra a variação trimestral da taxa de investimento para economia brasileira dos anos de 1996 à 2007.

Gráfico 2.



**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Fonte: IPEA DATA

Como se pode notar da análise do gráfico 2, o investimento total da economia – público e privado – se mantêm historicamente estável na faixa entre, aproximadamente 13% e 18% do PIB para estes últimos 11 anos. Quando se discute a competitividade da economia nacional, logo se pensa na inserção de empresas brasileiras no mercado internacional. No entanto, com o avanço da tecnologia da informação, o fortalecimento dos blocos econômicos e a conseqüente queda das barreiras tarifárias – embora o uso de barreiras não-tarifárias seja uma estratégia recorrente em alguns países – a necessidade de criar produtos mais competitivos não se baseia somente na necessidade de ganhar novos mercados; mas, também, em salvaguardar a sua fatia do mercado doméstico. A tabela e o gráfico abaixo expõe o valor anual e a evolução das exportações *free on board* de bens e serviços, em milhões de dólares, para o período de 1990 à 2007.

EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS FOB
(EM MILHÕES DE DÓLARES)

Período	Total	Bens De Capital	Bens De Consumo Duráveis	Metais Não Ferrosos
1990	31.414,00	2.144,00	1.491,00	1.509,90
1991	31.620,00	2.289,00	1.384,00	1.582,40
1992	35.793,00	2.847,00	2.277,00	1.699,00
1993	38.555,00	3.322,00	2.040,00	1.590,90
1994	43.545,00	3.946,00	1.980,00	1.829,20
1995	46.506,00	3.652,00	1.907,00	2.295,80
1996	47.746,70	3.918,50	1.976,10	2.279,60
1997	52.986,10	5.243,80	2.838,20	2.244,10

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

1998	51.120,00	5.799,40	2.836,50	1.758,00
1999	48.012,80	5.657,10	2.394,40	1.954,70
2000	55.118,80	8.221,00	3.366,50	2.275,30
2001	58.286,90	8.094,90	3.502,50	1.831,70
2002	60.438,60	7.323,00	3.485,70	2.048,80
2003	73.203,40	7.714,10	4.450,80	2.300,00
2004	96.677,50	12.589,40	5.742,50	3.051,10
2005	118.529,50	15.529,30	6.998,30	3.376,00
2006	137.807,70	16.418,00	7.276,30	5.177,20
2007	160.649,10	19.558,30	7.480,20	-

Fonte: IPEA DATA; 2008

A tabela 1 exemplifica um fenômeno que, segundo os estudiosos da área, é recorrente na economia brasileira desde os primórdios de sua industrialização: o domínio de produtos intensivos em mão-de-obra e matéria-prima sobre a pauta de exportações. Como observado a partir da tabela acima, a participação relativa da receita oriunda do setor de metais não ferrosos quase se equipara à participação do setor de bens de consumo duráveis como um todo. Segundo os dados da tabela 1, embora a participação relativa da receita oriunda das exportações de bens de capital no total da receita com exportações de bens e serviços tenha apresentado um comportamento crescente – com pequenas oscilações –, esta atinge seu máximo em 15% (no ano de 2000).

Afim de referendar nossa afirmação acerca do caráter das exportações brasileiras, fizemos uma comparação entre a participação da venda de metais não ferrosos e a participação do setor de bens duráveis como um todo na receita da balança comercial para o período de 1990 à 2007. Em termos percentuais, as participações destes dois setores se mantiveram próximos entre si – com variação não superior a 1%, e mesmo igualdade em alguns anos – até 2000, quando a participação do setor de duráveis se manteve estável em torno de 6% e o de metais não ferrosos em 3%.

Ao longo da história da economia brasileira, pauta de exportações da economia sempre foi liderada por bens de pouco valor adicionado. Apesar das políticas protecionistas e do incentivo à industrialização nos anos 50, a diversificação na lista de produtos exportados apenas deu uma nova forma à entrada do Brasil no comércio internacional: uma entrada marcada pela comercialização de produtos pouco intensivos em tecnologia.

Mesmo sob esse quadro de atraso, pode-se perceber iniciativas pontuais afim de alcançar a fronteira do progresso técnico. Entre elas podemos citar: o programa brasileiro de desenvolvimento de tecnologia para a construção e lançamento de ônibus espacial; a iniciativa de leasing da frota caças das forças armadas nacionais com o objetivo de substituir aviões antiquados, onde o diferencial foi a inclusão do comprometimento da empresa ganhadora em disponibilizar a tecnologia para a aeronáutica e a liderança tupiniquim na pesquisa em genética voltada ao agronegócio.

A visão comumente difundida de que o empresário brasileiro não tem espírito empreendedor parece estar caindo por terra. Segundo estudo realizado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, em parceria com o IBGE – PINTEC 2005 – (para o período

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

compreendido entre 2003 e 2005); de um total de 95.301 empresas, em torno de 32.796 implementaram algum tipo de inovação – sendo 19.670 criaram algum produto novo, 26.777 inovaram no processo de produção e 13.151 empresas inovaram em ambos. O principal setor responsável por esses números foi a indústria de transformação, que concentrou 29.951 empresas inovadoras – enquanto os setores extrativista e de serviços continham 427 e 2.418, respectivamente. No ano de 2003, 21,8% do dispêndio das empresas com atividades inovadoras foi na área de pesquisa e desenvolvimento – a região que mais gastou nessa área, em termos relativos, foi a região Sudeste seguida pela região Norte. Das empresas que investiram em inovação no ano de 2003, 5.233 receberam algum suporte governamental; esse suporte, porém, se apresentou de forma díspare entre as regiões. Novamente o Sudeste se destaca, nessa região, 2.425 receberam ajuda do governo; na região Sul – por seu turno – 1.727 empresas foram contempladas. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste o número de empresas que receberam apoio do governo foram 199, 577 e 304, respectivamente.

3. Base Viária

O setor de transporte apresentou um crescimento de 2,22% no primeiro semestre de 2002. Em 1999, a taxa de expansão foi de 0,93%. Os serviços de transporte produziram uma receita de 50,4 bilhões de dólares em 1998, o equivalente a 6,5% do PIB nacional. Como a taxa de crescimento do setor em 1999 foi muito próxima da taxa média da economia, a participação dos transportes nesse ano não deve ter se modificado. Em 1990, o peso do setor era de apenas de 2,5 milhões, sendo que 1,3 milhão possui empregos formais, conforme o Ministério do Trabalho. Há, ainda, 300 mil autônomos, como caminhoneiros e taxistas.

Apesar do alto custo e das deficiências das estradas, o transporte rodoviário é o principal meio de transporte do País, respondendo por 96,% do movimento de passageiros e por 62,6% do transporte de carga. Em 1998, haviam 1,7 milhão de Km de estradas, dos quais só 9,5% pavimentadas, segundo o Departamento Nacional de Estrada e Rodagem (DNER) (Tabela 2). De acordo com a IV Pesquisa Rodoviária Nacional, realizada em setembro de 1999 pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), o estado geral de conservação, sinalização e pavimentação das rodovias federais é considerado deficiente em 72,8% de sua extensão. Além disso, as rodovias apresentam falhas estruturais, como o predomínio de pistas simples em regiões de topografia acidentada.

Tabela 2 – Rodovias: extensão e situação entre 1998 a 2002

Rodovias	Pavimentadas (Km)	Sem Pavimento (Km)	Total (Km)
Federais	55.905	14.843	70.748
Estaduais	91.348	116.538	207.886
Municipais	16.993	1.429.296	1.446.289
Total	164.246	1.560.677	1.724.923

Fonte DNER (www.transportes.gov.br/bit/inrodo/htm)

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Elaboração próprio autor

3.1 Análise Regional – Local

Região Sudeste: Em 1994, a Região Sudeste recebeu 22,3% das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional para Estados e Municípios. Deste total, 41,7% foram destinados ao Estado de Minas Gerais e 37,7% ao Estado de São Paulo. A participação relativa da região vem, desde então, apresentando uma tendência de crescimento, em especial com o aumento de transferências para São Paulo (10,6% do total em 1999), tendo alcançado 22,3%, em 1994 e 26,2%, em 1999.

Os dados consolidados do sistema financeiro bancário indicam que a região detinha 62,4% do estoque de operações de crédito em aberto no País no 4º trimestre de 1988, algo em torno de US\$ 58,7 bilhões. Sozinho, o Estado de São Paulo representou 30,3% das operações de crédito ativas, seguido pelo Rio de Janeiro, com 25,4%. Apesar da incorporação dos dados referentes a Caixa Econômica Federal (CEF), em 1995, não foi alterada a condição da Região Sudeste como maior mercado de crédito bancário no País. Em 1999, a região apresentava um volume de operações ativas de crédito da ordem de US\$ 109,2 bilhões, isto é, 64,2% do estoque em aberto no Brasil. A participação de São Paulo foi ampliada para 75,8% da região com grande queda no volume registrado no Rio de Janeiro, que passa a responder por menos de 10,0% do total nacional.

No que tange ao resultado acumulado de 1999 para o mercado formal de trabalho na Região Sudeste, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) indicam que foram fechados 156.893 postos de trabalho: uma variação negativa de 1,33% sobre o estoque registrado em dezembro de 1998.¹ O Estado de São Paulo foi responsável por 55,9% dos postos de trabalho eliminados no País. O melhor desempenho na região ficou por conta do Espírito Santo, com o fechamento de apenas 340 postos de trabalho. De janeiro a junho de 2000, o índice de emprego na região apresentou crescimento da ordem de 3,11% para o conjunto das atividades econômicas.

O segmento agropecuário registrou um crescimento no emprego no primeiro semestre de 2000 de 26,21%. Todos os estados da região registraram crescimento no nível de emprego do setor, com destaque para Minas Gerais (30,08%), Espírito Santo (29,05%) e São Paulo (24,67%). No segmento extrativo mineral merece destaque o desempenho do Espírito Santo com um crescimento de 4,01% no primeiro semestre de 2000. Também na indústria de transformação, o Espírito Santo se destacou com uma evolução no índice de emprego de 4,11%, seguido de Minas Gerais, com 2,83%. A

1 O resultado apresentado é o saldo entre admissões e desligamentos de trabalhadores com carteira de trabalho no período. Por dificuldade de acompanhamento não foi analisado o mercado informal de trabalho. Estima-se que o mercado formal, representado pelos trabalhadores com carteira assinada, represente 40% a 50% do mercado global de trabalho no Brasil.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

administração pública apresentou crescimento de 4,63% na região, sendo que os principais responsáveis por este desempenho foram os Estados de Minas Gerais e São Paulo, com taxas de crescimento de 5,69% e 5,96%, respectivamente. Os demais segmentos da atividade econômica apresentaram crescimento marginal no período.

No ramo de transportes, especificamente a espécie rodovia, tendo em vista os anos de 1995 e 1999, a região detinha, respectivamente, 35,02% e 33,00% do total das rodovias pavimentadas, o que equivale, em termos numéricos, a 51.879 km e 54.216 km, respectivamente.

Região Sul: As transferências realizadas para a Região Sul pelo Tesouro Nacional, em 1994, correspondiam a 14,4% do volume total. Entre 1994 e 1999, a participação relativa da região mostrou-se estável, com mudança significativa apenas em 1998, quando as transferências alcançaram 16,0% do montante total. Em 1988, a região respondia por 12,8% do estoque de operações de crédito realizadas no Brasil. No 4º trimestre daquele ano existiam em aberto operações no montante de US\$ 12,1 bilhões. O Estado do Rio Grande do Sul respondia por 52,7% desse volume.

O volume de crédito na região apresentou um crescimento, entre 1988 e 1999, da ordem de 5,3% ao ano, atingindo um montante de US\$ 21,4 bilhões no 4º trimestre de 1999. Embora o Estado do Rio Grande do Sul tenha mantido a liderança na oferta de crédito na região, com 45,5% do total das operações ativas, o destaque é o crescimento verificado no Paraná, aproximadamente 9,4% ao ano, taxa superior à média nacional, atingindo um valor superior a US\$ 8,3 bilhões. O resultado acumulado de 1999 para o mercado formal de trabalho na região indica que foram fechados 3.924 postos de trabalho, uma variação negativa de 0,10% sobre o estoque registrado em dezembro de 1998. O Estado do Paraná foi responsável pelo fechamento de 16.649 postos de trabalho. Também no Rio Grande do Sul verificou-se uma redução do número de postos de trabalho (2.964). O fraco desempenho observado nos dois estados foi compensado, em parte, pelo crescimento registrado em Santa Catarina, com a abertura de 15.689 novas vagas.

No primeiro semestre de 2000, o nível geral de emprego apresentou um crescimento de 2,45% na região. O Paraná apresentou o melhor desempenho (3,11%), compensando, em parte, os postos de trabalho eliminados no exercício anterior. O segmento agropecuário registrou um crescimento de 4,26% em 2000. Todos os estados da região registraram crescimento no nível de emprego do setor, com destaque para o Paraná (20,53%). No segmento extrativo mineral merecem destaque os desempenhos de Santa Catarina (4,60%) e Paraná (4,01%). Na indústria de transformação, o Rio Grande do Sul se destacou com uma evolução no índice de emprego de 5,89%, seguido de Santa Catarina, com 3,03%. A administração pública apresentou crescimento de 2,88% na região, sendo que o principal responsável por este desempenho foi o Estado de Santa Catarina, com crescimento de 13,46%. No ramo de transportes, especificamente a espécie rodovia, tendo em vista os anos de 1995 e 1999, a região detinha 19,75% e

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

19,82%, respectivamente, do total das rodovias pavimentadas, o que equivale, em termos numéricos, a 29.359 km e 32.441 km, respectivamente.

Região Nordeste: A Região Nordeste é a principal beneficiária das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. Em 1994, sua participação era de 40,9% do total nacional, com destaque para os Estados da Bahia (8,9%), Ceará (5,8%), Pernambuco (5,6%) e Maranhão (5,3%). Em 1999, a participação da região apresentou uma redução de 6,8%, passando a perceber 38,1% do total de repasses realizados pelo Tesouro Nacional.

No 4º. trimestre de 1988, o estoque de operações de crédito em aberto na região era da ordem de US\$ 7,6 bilhões, isto é, 8,12% do crédito bancário no País. Aproximadamente 72,0% deste total estava concentrado nos Estados da Bahia (2,8%), Pernambuco (1,7%) e Ceará (1,4%). Neste mesmo período a Região Nordeste detinha 11,8% dos depósitos à vista do setor público e 13,0% dos depósitos à vista do setor privado. A ausência dos números relativos aos depósitos de poupança da CEF impedem uma análise dos depósitos em caderneta de poupança. Em 1999, o estoque de operações de crédito bancário em aberto na região, aí incluídas as operações com *funding* do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), alcançou um volume próximo a US\$ 15,3 bilhões, ou seja, 9,0% do estoque de operações de crédito em aberto na região. Importante destacar que persiste a concentração das operações de crédito na região, com os Estados da Bahia (3,1%), Pernambuco (1,9%) e Ceará (1,1%) respondendo por 67,0% do volume de operações em aberto.

A Região Nordeste respondeu, em 1999, por 26,2% do estoque de depósitos à vista do setor público e por 10,5% do estoque de depósitos à vista do setor privado. O volume de depósitos em caderneta de poupança na região atingiu, já incluídos os números da CEF, o total de US\$ 6,5 bilhões, isto é, 10,6% do estoque de aplicações em cadernetas de poupança no Brasil. No que tange ao trabalho, foram fechados, em 1999, 20.657 postos de trabalho, uma variação negativa de 0,69% sobre o estoque registrado em dezembro de 1998. Em termos absolutos Pernambuco apresentou o pior desempenho com o fechamento de 8.250 postos de trabalho (1,3%). Em termos relativos, os Estados da Paraíba e de Alagoas foram os principais destaques, com redução no nível de emprego da ordem de 3,22% (6.635 postos de trabalho) e 3,31% (6.260 postos de trabalho). De janeiro a junho de 2000, o índice de emprego na região apresentou crescimento da ordem de 0,29%, o mais baixo registrado entre as grandes regiões, para o conjunto das atividades econômicas. O segmento agropecuário registrou uma forte retração no primeiro semestre de 2000, 4,91% no período. O comportamento do emprego no segmento agropecuário na região foi bastante errático no período. Enquanto Maranhão (20,04%), Piauí (3,94%), Bahia (3,81%) e Ceará (1,36%) apresentaram crescimento, os demais estados da região apresentaram queda no nível de emprego. O destaque no segundo grupo é o Estado de Alagoas, que registrou uma queda de 29,75% no nível de emprego do segmento agropecuário.

O emprego no segmento extrativo mineral manteve-se praticamente inalterado no primeiro semestre de 2000. Essa aparente estabilidade esconde uma forte oscilação

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

no nível estadual. Enquanto Paraíba (3,52%), Bahia (3,25%) e Maranhão (2,06%) apresentaram crescimento, os Estados de Pernambuco (6,47%) e do Rio Grande do Norte (4,09%) registraram forte retração. Na indústria de transformação a Região Nordeste apresentou retração de 1,43% no nível de emprego. O principal responsável por essa queda foi o Estado de Alagoas, com uma redução de 14,84%. Também nos segmentos de serviços (1,13%), comércio (1,26%) e construção civil (2,12%) observou-se um distanciamento dos estados do comportamento médio da região. No ramo de transportes, especificamente a espécie rodovia, tendo em vista os anos de 1995 e 1999, a região detinha 27,21% e 27,95%, respectivamente, do total das rodovias pavimentadas, o que equívale, em termos numéricos, a 41.412 km e 44.693 km, respectivamente.

Região Norte: Os estados da Região Norte foram beneficiados com 15,6% das transferências executadas pelo Tesouro Nacional em 1994. O principal destaque foi o Estado do Pará que, sozinho, respondeu por 30,1% dos recursos transferidos à região. O volume de recursos transferidos para a Região Norte pelo Governo Federal apresenta um comportamento bastante uniforme, registrando pequena redução apenas em 1999. Neste ano, a região recebeu 14,6% das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional para estados e municípios. Novamente o destaque é o Estado do Pará, com 34,9% do total.

A Região Norte apresentava, em 1988, um estoque de operações de crédito em aberto da ordem de US\$ 1,0 bilhão, representando pouco mais de 1,0% do crédito bancário no País. Aproximadamente 72,0% deste total estava concentrado nos Estados do Pará e do Amazonas (0,5% e 0,3% do total nacional, respectivamente). Neste mesmo período a Região Norte era responsável por algo em torno de 6,2% dos depósitos à vista do setor público e 3,9% dos depósitos à vista do setor privado. A ausência dos números relativos aos depósitos de poupança da CEF impede uma análise dos depósitos em caderneta de poupança naquele momento. No 4º. trimestre de 1999, o estoque de operações de crédito bancário em aberto na região, aí incluídas as operações com *funding* do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), alcançou um montante próximo a US\$ 2,5 bilhões, ou seja, 1,5% do estoque de operações de crédito em aberto na região. Apesar do crescimento registrado na região, 155,2% no período (8,9% ao ano), a concentração das operações de crédito não foi reduzida. Os Estados do Pará (0,7%) e do Amazonas (0,3%) continuam respondendo por 70,0% do volume de operações em aberto na região. No outro extremo, os Estados de Roraima, Acre e Amapá registraram, juntos, um estoque de pouco mais que US\$ 177,1 milhões, isto é, 0,1% do estoque de operações de crédito no País.

Em 1999, a região apresentou uma participação relativa de 8,1% do estoque de depósitos à vista do setor público e de 3,1% do estoque de depósitos à vista do setor privado. O volume de depósitos em caderneta de poupança atingiu, já incluídos os números da CEF, o total de US\$ 1,1 bilhões, 1,8% do estoque de aplicações em cadernetas de poupança no País. O mercado formal de trabalho na Região Norte apresentou o segundo melhor desempenho do País em 1999. Foram fechados 3.556 postos de trabalho, uma variação negativa de 0,57% sobre o estoque registrado em dezembro de 1998. A região não apresentou um comportamento uniforme no período, com parte das Unidades da Federação apresentando crescimento e parte redução no

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

nível de emprego. O Estado do Amazonas apresentou o pior desempenho da região, com o fechamento de 7.104 postos de trabalho, uma redução de 4,28%. Do outro lado, o Estado do Pará registrou um saldo positivo de 5.339 postos de trabalho no período, uma evolução de 1,99%.

No conjunto das atividades econômicas, o primeiro semestre de 2000 verificou uma evolução de 2,87% na região. Os destaques foram os Estados do Tocantins (5,39%) e do Amazonas (4,32%). O segmento agropecuário não apresentou um comportamento comum para os estados da região. Os Estados do Acre (3,37%) e Roraima (2,73%) apresentaram o melhor desempenho. Os Estados do Amapá e Amazonas registraram decréscimo no nível de emprego, respectivamente 3,89% e 1,67%. O emprego no segmento extrativo mineral registrou crescimento de 1,35% no primeiro semestre de 2000. Na indústria de transformação a Região Norte apresentou uma evolução de 4,86% no nível de emprego. O nível de emprego na administração pública verificou uma evolução apenas marginal, de 0,65%. No ramo de transportes, especificamente a espécie rodovia, tendo em vista os anos de 1995 e 1999, a Região detinha 5,69% e 7,35%, respectivamente, do total das rodovias pavimentadas, o que equivale, em termos numéricos, a 8.442 km e 12.083 km, respectivamente.

Região Centro-Oeste: Região menos beneficiada com transferências de recursos pelo Tesouro Nacional, o Centro-Oeste recebeu 6,8% dos valores distribuídos em 1994. O principal beneficiário na região foi o Estado de Goiás, com 44,1% do total. No outro extremo está o Distrito Federal, com uma participação de apenas 0,4% do volume transferido pelo Tesouro Nacional em 1994. Em 1999, a participação da região manteve-se praticamente inalterada: 6,4% do total. O Distrito Federal permanece sendo o menor beneficiário das transferências do Tesouro Nacional, com participação de 0,4% do total.

Em 1988, o estoque de operações de crédito em aberto na Região Centro-Oeste alcançou o total de US\$ 14,6 bilhões, 15,6% do crédito bancário no Brasil. Algo próximo a 75,1% deste total estava concentrado no Distrito Federal (11,7%). Tal concentração deve-se à sua condição de sede do Governo Federal e de parte significativa das instituições de crédito federais. A participação da região, excluído o Distrito Federal, no estoque de operações de crédito ativas foi de 3,9%. Ainda em 1988, a região detinha 31,2% dos depósitos à vista do setor público e 7,08% dos depósitos à vista do setor privado. A ausência dos números relativos aos depósitos de poupança da CEF impedem uma análise dos depósitos em caderneta de poupança. No 4º trimestre de 1999, o estoque de operações de crédito bancário em aberto na região, aí incluídas as operações com *funding* do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), atingiu um volume próximo a US\$ 21,8 bilhões, isto é, 12,8% do estoque de operações de crédito em aberto. O Distrito Federal foi responsável por 73,3% deste total.

A Região Centro-Oeste respondeu, em 1999, por 12,0% do estoque de depósitos à vista do setor público e por 8,8% do estoque de depósitos à vista do setor privado. O volume de depósitos em caderneta de poupança na região atingiu, já incluídos os números da CEF, o total de US\$ 2,9 bilhões, 4,7% do estoque de aplicações em cadernetas de poupança no Brasil. Ao longo do ano de 1999, o mercado formal de

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

trabalho na região apresentou uma retração de 0,90%, significando o fechamento de 10.971 postos de trabalho. O Estado do Mato Grosso do Sul foi responsável por dois terços dos postos de trabalho eliminados na região. O melhor desempenho na região ficou por conta do Distrito Federal, com o um saldo positivo de 1.514 postos de trabalho (0,44%). De janeiro a junho de 2000, o índice de emprego na região apresentou uma forte recuperação. Para o conjunto das atividades econômicas o crescimento foi de 4,50%, com destaques para Mato Grosso (6,10%), Mato Grosso do Sul (5,45%) e Goiás (5,25%). O segmento agropecuário registrou um crescimento de 15,16% no primeiro semestre de 2000. À exceção do Distrito Federal, com uma redução de 3,94%, todos os estados da região registraram crescimento no nível de emprego no setor, com destaque para Goiás (21,91%). No segmento extrativo mineral merece destaque o desempenho do Mato Grosso, com um crescimento de 15,83% no primeiro semestre de 2000, compensando as quedas registradas no Mato Grosso do Sul (6,15%) e no Distrito Federal (4,35%).

O nível de emprego na indústria de transformação do Centro-Oeste apresentou uma evolução de 5,12%. Apenas o Distrito Federal apresentou um desempenho negativo com uma redução de 0,21%. O segmento da construção civil foi um dos destaques da região, com crescimento de 6,36%, com destaque para o Estado de Goiás (12,58%). A retomada do crescimento da atividade comercial na região motivou um crescimento do emprego de 2,59% no semestre. No ramo de transportes, especificamente a espécie rodovia, tendo em vista os anos de 1995 e 1999, a região detinha 11,49% e 12,67%, respectivamente, do total das rodovias pavimentadas, o que equivale, em termos numéricos, a 17.030 km e 20.814 km, respectivamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto ao longo do trabalho, percebe-se que o Brasil ainda não se desvencilhou do ranço de atraso que permeia a economia nacional desde os seus primórdios. A competitividade da economia nacional ainda é muito sensível a fatores conjunturais, como a taxa de câmbio e o ciclo econômico internacional. Embora a idéia de desenvolvimento nacional em bases estruturalistas tenha saído de moda nos anos 80, os autores desse artigo entendem que o investimento em setores-chave, como a qualidade do transporte inter-modal e o incentivo à pesquisa é de vital importância para um crescimento sustentável a longo prazo.

Embora o presente governo tenha lançado um plano ambicioso com características que remontam ao desenvolvimentismo dos anos 50, os autores deste artigo perceberam a ausência de índices que possam nortear as ações de políticas públicas afim eliminar os gargalos existentes.

6. BIBLIOGRAFIA

1. ARAÚJO, Aloísio P. *et alli*. **Estabilização e crescimento**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1997.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

2. Banco Central do Brasil. **Manual de títulos e valores mobiliários**. Brasília: BACEN, 4^a. ed., 1997.
3. BANDEIRA, Pedro S. **Reflexões sobre a redefinição das políticas territoriais e regionais no Brasil**. Mimeo, 2000.
4. BARROS, Ricardo Paes *et alli*. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão N^o 454, 1997. (www.ipea.gov.br/ipeapu.html).
5. BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ed. ?tica, Série Princípios, 1990.
6. BECKER, Bertha K. **Reflexões sobre políticas de integração nacional e desenvolvimento regional**. Mimeo, 2000.
7. BNDES. **Uma introdução à contabilidade pública de custos**. Rio de Janeiro: Secretaria para Assuntos Fiscais, Informe-se, N^o 18, agosto, 2000.
8. BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Ed. Vozes, 18^a. edição, 1998.
9. CASTRO, Helio Oliveira Portocarrero de. **As causas econômicas da concentração bancária**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1981.
10. **Constituição Federal da República**. Atualizada até as alterações introduzidas pela Emenda Constitucionais n^o 52. (www.presidencia.gov.br).
11. CYSNE, Rubens Penha *et alli*. **Transformação produtiva com equidade: o debate no Brasil; condicionantes macroeconômicos**. Brasília: IPEA, CEPAL, 1995.
12. Fundação SEADE. **Monitoração de prioridades de desenvolvimento com equidade social**. São Paulo: mimeo, 2000.
13. GALVÃO, Antonio C. F e VASCONCELOS, Ronaldo R. **Política regional à escala sub-regional: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, Texto para discussão N^o 665, 1999. (www.ipea.gov.br/ipeapu.html).
14. IBGE. **Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e Contagem Populacional de 1996**. Rio de Janeiro: IBGE.
15. LAVINAS, Lena *et alli*. **Desigualdades regionais e retomada do crescimento num quadro de integração econômica**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão N^o 466, 1997. (www.ipea.gov.br/ipeapu.html).
16. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar n^o 101, de 04.05.00. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
17. MARTINS, Luiz. **Ciência e exclusão social**. UnB Revista, Brasília, edição especial – julho, p. 28-32, 2000.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

18. MEDINA, Mérida H. e SILVA, Antonio Braz de Oliveira. **Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985-1998**. Brasília: IPEA, Texto para discussão N° 677, 1999. (www.ipea.gov.br/ipeapu.html).
19. MEDINA, Mérida H. e SILVA, Antonio Braz de Oliveira. **Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985-1998**: Anexo I. Brasília: IPEA, Texto para discussão N° 677, 1999. (www.ipea.gov.br/ipeapu.html).
20. MEDINA, Mérida H. e SILVA, Antonio Braz de Oliveira. **Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985-1998**: Anexo II. Brasília: IPEA, Texto para discussão N° 677, 1999. (www.ipea.gov.br/ipeapu.html).
21. MEDINA, Mérida H. *et alli*. **Produto Interno Bruto por Unidade da Federação**. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão N° 424, 1996. (www.ipea.gov.br/ipeapu.html).
22. MEYER-STAMER, Jörg. **Estimular o crescimento e aumentar a competitividade no Brasil**: além da política industrial e da terceirização da culpa. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert - ILDES, mimeo, 1999. (www.fes.org.br).
23. MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. PINTEC – 2005; Rio de Janeiro, 2007.
24. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Brasil**: estimativas da mortalidade infantil por microrregiões e municípios. Secretaria de Políticas da Saúde, 1999.
25. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Contas nacionais do Brasil**: 1985 a 1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
26. *Moody's Investors Service*. **Governos sub-nacionais**: uma perspectiva de Agência de Classificação de Risco. *Research Report*, 1998.
27. MTE/SPPE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/1999**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego/SPPE, 2001.
28. PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação**. Campinas: UNICAMP, IE, 1998.
29. PNUD/IPEA. **Relatório sobre desenvolvimento humano**. Brasília: PNUD/IPEA, 1996.
30. PNUD/IPEA/FJP. **Desenvolvimento Humano no Brasil, 1970-1996**. Belo Horizonte: ESM
31. SAWYER, Donald. **Possibilidades e limites de indicadores para monitoramento de programas e projetos**. Brasília: mimeo, 2000.
32. SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, Série Prêmio Nobel, 2000.

7. SITES PESQUISADOS

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

1. Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – AMPERJ – <http://www.amperj.org.br/>
2. Banco Central do Brasil – BACEN - <http://www.bcb.gov.br/>
3. Banco de dados do DATASUS – <http://www.datasus.gov.br>
4. Banco Federativo - <http://federativo.bndes.gov.br/>
5. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES, <http://www.bndes.gov.br/>
6. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB - <http://www.conab.gov.br/>
7. Construindo a sustentabilidade social - <http://www.planalto.gov.br/secom/coleção/3anos8.htm>
8. Fundação Friedrich Ebert-Stiftung – ILDES - <http://www.fes.org.br/>
9. Grupo Banco Mundial – BIRD Brasil - <http://www.Worldbank.org>
10. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - <http://www.ibge.gov.br/>
11. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA - <http://www.ipea.gov.br/>
12. Ministério da Educação – <http://www.educacao.gov.br>
13. Ministério de Ciência e Tecnologia - <http://www.mct.gov.br/>
14. Ministério da saúde – <http://www.saude.gov.br>
15. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - <http://www.mdic.gov.br/>
16. Ministério dos Transportes – <http://www.transportes.gov.br>
17. Os mecanismos de financiamento para o desenvolvimento sustentável - <http://mma.gov.br/port/SE/agen21/caminho/capit6.html>
18. Presidência da República – <http://www.presidencia.gov.br>
19. Rede governo – <http://www.redegoverno.gov.br>
20. Revista Economia Aplicada – REA - <http://www.revecap.com.br/>
21. União Européia – EU informe regional - <http://inforegio.cec.eu.int/>

LISTA DE SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEF	Caixa Econômica Federal
CNT	Confederação Nacional do Transporte
DNER	Departamento Nacional de Estrada e Rodagem
DPR	Departamento de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GAA	Gerência de Acompanhamento e Avaliação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



MEC	Ministério da Educação
MI	Ministério da Integração Nacional
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
SDR	Secretaria de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional